

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE “LÓGICAS INSTITUCIONAIS”: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO (1991 – 2021)

SCIENTIFIC PRODUCTION ABOUT “INSTITUTIONAL LOGICS”: A BIBLIOMETRICAL STUDY (1991 – 2021)

Raphael de Morais

Universidade Federal de Lavras – UFLA, Brasil
raphaelmoraisufla@gmail.com

Juliano Silva Cougo

Universidade Federal de Lavras – UFLA, Brasil
julianocougo00@gmail.com

Mozar José de Brito

Universidade Federal de Lavras – UFLA, Brasil
mozarjdb@ufla.br

Valéria da Glória Pereira Brito

Universidade Federal de Lavras – UFLA, Brasil
vgpbrito@ufla.br

Lilia Paula Andrade

Faculdade Presbiteriana Gammon – FAGAMMON, Brasil
liliapaulandrade@gmail.com

Submissão: 13.12.2021. **Aprovação:** 26.06.2022. **Publicação:** 28.06.2022.

Sistema de avaliação: *Double blind review*. **Centro Universitário UNA**, Belo Horizonte - MG, Brasil.

Editora chefe: Profa. Dra. Daniela Viegas da Costa-Nascimento

Este artigo encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:
<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/1356>

RESUMO

A Teoria Institucional possui uma tradição nas ciências administrativas. Com enfoque em compreender as relações entre agentes e instituições nas organizações, vertentes contemporâneas do institucionalismo surgiram, sobretudo após a década de 1990. Dentre as vertentes, destaca-se o constructo das “Lógicas Institucionais”, tendo esta perspectiva completado 30 anos em 2021. Posto isto, o objetivo deste artigo foi apresentar e descrever os resultados de uma pesquisa bibliométrica acerca das lógicas institucionais. Foi realizado um estudo bibliométrico, a partir da busca de artigos publicados entre os anos 1991 e 2021 na base *Web Of Science®*. Realizou-se a quantificação de artigos, identificação das frentes de pesquisa e bases intelectuais, as redes de países que mais publicam e se interrelacionam, redes de palavras-chave, citações de autores e contribuições sobre o estado da arte. Além disto, foi identificado que os autores priorizam a investigação da complexidade institucional, com a maioria dos estudos visando compreender como os atores respondem a tal complexidade. A mudança institucional também tem sido objeto de investigação. Destaca-se também a capacidade de agência de diferentes atores, bem como a

importância dos empreendedores institucionais na condução dos processos de mudança institucional.

Palavras-chave: Lógicas Institucionais; Teoria Institucional; Institucionalismo Contemporâneo; Estudo Bibliométrico.

ABSTRACT

Institutional Theory has a tradition in the administrative sciences. With a focus on understanding the relationships between agents and institutions in organizations, contemporary strands of institutionalism emerged, especially after the 1990s. Among the strands, the construct of "Institutional Logics" stands out, with this perspective completing 30 years in 2021. That said, the objective of this article was to present and describe the results of a bibliometric research on institutional logics. A bibliometric study was carried out, based on the search for articles published between 1991 and 2021 in the Web Of Science® database. Articles were quantified, research fronts and intellectual bases were identified, the networks of countries that most publish and interrelate, keyword networks, author co-citations and contributions on the state of the art. In addition, it was identified that the authors prioritize the investigation of institutional complexity, with most studies aiming to understand how actors respond to such complexity. Institutional change has also been an object of investigation. The agency capacity of different actors is also highlighted, as well as the importance of institutional entrepreneurs in conducting institutional change processes.

Keywords: Institutional Logics; Institutional Theory; Contemporary Institutionalism; Bibliometrical Study.

1. Introdução

A teoria institucional tem contribuído para a compreensão de processos de gestão organizacional ao imergir em contextos culturais, políticos e sociais. Esta abordagem também enfoca a relação entre a estrutura social e agência humana, explicando por que e como determinados fenômenos institucionais emergem e se transformam ao longo do tempo (PAIVA et al., 2021).

Sob esta lente teórica, é possível observar a institucionalização de novas de estruturas, a legitimação das ações organizacionais ao longo do tempo, e as consequências destes processos sobre o cotidiano organizacional (PEREIRA, 2012). A perspectiva possibilita a compreensão de padrões de ações organizacionais implícitas e explícitas que expressam a influência e as naturezas das instituições (PAIVA et al., 2021). Destarte, as respostas das organizações aos processos de mudança institucional também são objetos de investigação desta abordagem (ZIESTMA; MCKNIGHT, 2009; LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

As instituições podem ser entendidas como conjuntos de padrões ordenados produzidos por meio de interações sociais que normalizam situações e relacionamentos interpessoais no cotidiano. Ao serem legitimadas pelas organizações, tais padrões tornam-se referência para os agentes que atuam nas organizações e no campo em que elas estão inseridas (BOUMA, 1998).

No campo organizacional, as instituições perseveram como elementos longínquos e dotados de historicidade que exercem efeitos diretos e indiretos sobre

pensamentos e comportamentos dos agentes. As instituições incorporam propriedades normativas, regulatórias e simbólicas que podem orientar as ações organizacionais (THORNTON; OCASIO, 2008).

Em 1957, Philip Selznick, um dos precursores da teoria institucional, por meio da obra seminal *“Leadership in Administration”* colocou em destaque a relevância das instituições para os estudos em Administração. As reflexões em torno da obra e o desenvolvimento teórico sobre as instituições deram origem ao novo institucionalismo e seus desdobramentos teóricos. Tais como as lógicas institucionais, empreendedorismo institucional e, mais recentemente, a abordagem do trabalho institucional.

Este artigo aborda a vertente teórica da lógica institucional que tem sido reconhecida pelo seu potencial explicativo (HININGS, 2012; GREENWOOD et al., 2011). A noção de lógica institucional, enquanto padrões de atividades supra organizacionais constituídos por práticas e elementos simbólicos que servem de referências para a ação, a realização de atividades, a produção de discursos e de outras experiências significativas, foi inicialmente introduzida por Friedland e Alford (1991). Mais tarde, Thornton e Ocasio (1999, p. 804) apresentaram uma nova reflexão acerca do conceito. Esta última aborda as lógicas institucionais como “padrões históricos, socialmente construídos, de práticas materiais, premissas, valores, crenças e regras por meio dos quais os indivíduos produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam o tempo e o espaço e atribuem sentidos a sua realidade social”.

Nesta última perspectiva, as lógicas institucionais são referências que orientam as escolhas dos agentes e direcionam o processo de atribuição de sentido à realidade (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012). Portanto, as lógicas institucionais podem ser observadas a partir da compreensão das estruturas cognitivas compartilhadas, das ações realizadas e da tomada de decisão dos agentes (THORNTON; OCASIO, 2008; PAIVA; BRITO, 2018).

Avançando nas compreensões acerca de padrões institucionais e seus reflexos na conduta dos indivíduos, Thornton e Ocasio (2008) recorreram ao conceito de “agência” de Giddens (1984) que reconhece a capacidade de reflexão e de participação de agentes nos processos de mudança, ainda que limitados pelas possibilidades prescritas pelas instituições vigentes no tempo no campo em que atuam. A abordagem teórica tem contribuído para a compreensão do hibridismo, explicação de processos de mudanças institucionais e, principalmente, para o entendimento dos modos de gerenciamento da complexidade institucional.

Considerando a obra de Friedland e Alford (1991) como seminal, a perspectiva das lógicas institucionais completou 30 anos em 2021. A expansão da pesquisa dentro do corpo teórico e a necessidade de se compreender especificidades bibliométricas e suas redes de produção científica foram elementos indutores deste estudo, que foi norteado pela seguinte questão: como as relações entre pesquisadores e temas pesquisados sob a ótica da abordagem das lógicas institucionais estão organizadas? Para responder a esta pergunta, o trabalho tem por objetivo descrever o panorama bibliométrico sobre a corrente das “lógicas institucionais”.

Ressalta-se que, na literatura há alguns estudos bibliométricos pertinentes que tangenciam a proposta aqui estabelecida. Tais como: Damayanthi e Goonerate (2017), que analisaram 35 artigos para discutir controles de gestão sob a perspectiva institucional; Yu (2015), que revisa e teoriza sobre as implicações do pluralismo

institucional na abordagem neo-institucionalista; e Nielsen, Lueg e Liemp (2019), que explora a mediação de desempenho sob a complexidade institucional em empresas sociais. Contudo, apesar das consideráveis contribuições, tais trabalhos não englobam a teoria institucional nos estudos organizacionais de forma ampla, e também não enfatizam, efetivamente, aspectos bibliométricos acerca da teoria.

Disposto a preencher esta lacuna, foi realizado este estudo bibliométrico, a partir da busca de artigos publicados entre os anos 1991 e 2021 na base de dados *Web Of Science*®. Realizou-se a quantificação de artigos, identificação das frentes de pesquisa, as bases intelectuais, as redes de países que mais publicam e se interrelacionam, redes de palavras-chave, citações de autores e algumas contribuições sobre o estado da arte. Portanto, a contribuição deste trabalho é apontar caminhos percorridos, fontes e referências de estudos e direcionamentos para que futuras pesquisas, dentro da perspectiva das lógicas institucionais, possam ser construídas a partir dos dados aqui informados.

Além desta introdução, são apresentadas mais quatro seções: a seguir, o referencial teórico que visa esclarecer aspectos fundamentadores sobre as lógicas institucionais, seguido do percurso metodológico aplicado a este estudo, posteriormente são apresentados os resultados e discussão e, por fim, as considerações finais.

2. Compreendendo as lógicas institucionais

O conceito de lógica institucional foi apresentado na obra de Friedland e Alford (1991). No livro, os autores formularam críticas à forma como as instituições ocidentais eram analisadas com excessiva objetividade, sobretudo em relação à cultura e os simbolismos institucionais.

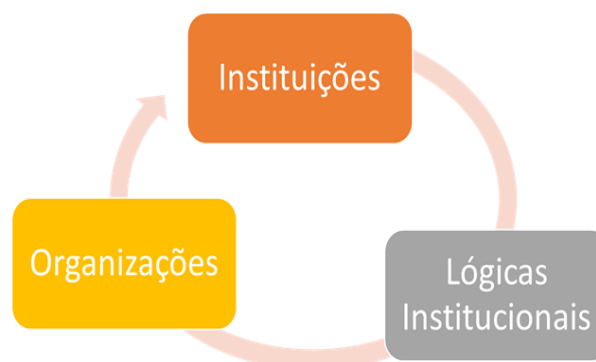
Na concepção dos autores, as instituições são dotadas de conexões e nexos próprios (lógicas), que produzem efeitos variados sobre as organizações e que ocupam diferentes campos institucionais. As lógicas institucionais, portanto, norteiam as ações cotidianas dos agentes e condicionam as estratégias de permanência em seu campo e na sociedade, de forma ampla (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

Mais tarde, em uma revisita ao tema, Thornton e Ocasio (2008) apontaram premissas que contribuíram para a fortificação teórica e legitimação dos estudos sobre as lógicas institucionais. As proposições sobre as lógicas institucionais foram: a) a sociedade é concebida como um sistema interinstitucional marcado pela existência de múltiplas lógicas que possuem caráter simbólico e normativo; b) o poder de agência dos indivíduos é reafirmado como uma atividade relevante para a compreensão das lógicas enquanto referenciais para ações individuais e coletivas; c) as lógicas institucionais possuem elementos materiais e imateriais (THORNTON; OCASIO, 2008; LEE; LOUNSBURY, 2015; HININGS, 2012); d) a historicidade das lógicas institucionais também passou a ser dimensão de análise relevante para a explicação dos fenômenos (CANHILAL; LEPORI; SEEBER, 2016; FAVERO; GUIMARÃES, 2019); e lógicas institucionais são compreendidas em níveis, tempos, e em campos diferentes, com especificidades próprias que devem ser levadas em consideração ao serem analisadas (THORNTON; OCASIO, 2008).

Portanto, as lógicas institucionais, e suas particularidades micro e macrossociais, servem como referências para o estabelecimento de conexões entre instituições e organizações situadas em campos institucionais (HAVEMAN; GUALTIERI, 2017).

Embora o conceito de lógica institucional seja diferente do conceito de instituições, pode-se admitir que ambos produzem efeitos sobre as organizações. Eles podem orientar o processo de tomada de decisão, servir de referência para o processo de construção de sentidos sobre a realidade organizacional e o seu contexto macrossocial, materialização de estruturas, pensamentos e perspectivas estratégicas das organizações. Ao serem interpretadas pelos agentes, tanto as lógicas como as instituições produzem implicações que podem restringir ou estimular a criação de fatos, provocar mudanças incrementais, e orientar explicações sobre as organizações (GREENWOOD et al., 2011). As lógicas institucionais seguem padrões que legitimam as ações e a capacidade de agência que permite a cooperação entre agentes que atuam nas organizações inseridas em um determinado no campo institucional (GREENWOOD et al., 2011; DURAND; THORNTON, 2018).

Figura 1. Lógicas Institucionais como pontes entre as instituições e organizações.



Fonte: Desenvolvido pelos autores.

A abordagem das lógicas institucionais potencializa a explicação dos processos de mudança organizacional para além da noção de isomorfismo, que observa as instituições como um complexo disposto a orientar o comportamento organizacional e social enquanto fluxo linear (PECI, 2006). Nesse sentido, a aplicação da teoria iniciou-se para análises de campos específicos e nas mudanças surgidas nos mesmos ao longo do tempo. Contudo, na medida em que novos estudos foram realizados, percebeu-se a influência de lógicas diversas em um mesmo campo, bem como a influência de lógicas de um campo sobre outros, fenômeno este que os institucionalistas denominam de pluralismo institucional (CLOUTIER; LANGLEY, 2013).

Logo, as pesquisas desenvolvidas sob esta lente têm revelado que não há uma lógica hegemônica de referências para ações individuais e organizacionais. Ao contrário, admite-se a existência de múltiplas lógicas institucionais que se complementam, interagem ou se conflitam (BESHAROV; SMITH, 2014; HININGS, 2012; LOUNSBURY; BECKMAN, 2015).

Por fim, a teoria das lógicas institucionais tem contribuído também para a mitigação de críticas atribuídas ao Institucionalismo Sociológico, a exemplo da ausência de uma reflexão densa sobre a relação entre a agência e a estrutura social, a priorização de estudos sobre macrofenômenos institucionais e não priorização de estudos que expliquem os fenômenos micro institucionais (THORNTON; OCASIO, 2008).

3. Metodologia

Seguindo as contribuições de Botelho, Cunha e Macedo (2011) e Prado et al. (2016), este estudo recorreu a perspectiva bibliométrica visando mapear a produção científica sobre o tema “Lógicas Institucionais”. Entende-se como estudos bibliométricos aqueles voltados a realizar análises sobre a produção científica acerca da temática por meio de diferentes categorizações, podendo-se recorrer a softwares e planilhas para auxílio das análises, de forma que as informações obtidas, como publicações, instituições e autores, possam servir como referências qualitativas para pesquisas futuras (GLÄNZEL, 2003).

Portanto, este estudo se caracteriza como um estudo bibliométrico, qualitativo e descritivo. Os autores recorreram a base internacional “*Web of Science®*” (WOS) que, de acordo com Birkle et al. (2020), possui uma ampla coleção de periódicos indexados, é uma base robusta, confiável e de qualidade. Com mais de 50 anos de indexação, a base oferece uma estrutura consistente de referências, o que torna a proposta do trabalho alcançável. No mais, a escolha da WOS deve-se também ao fato de que a mesma apresentou um número relativamente maior de publicações dentro dos critérios estabelecidos, comparando-as a outras bases consolidadas pela comunidade acadêmica.

Recorreu-se a uma adaptação do esquema proposto por Prado et al. (2016) que propõem etapas fundamentais presentes no processo de revisões de cunho bibliométrico. Primeiramente, definiu-se “*Institutional Logics*” como termo de buscas para se encontrar estudos na base. Em seguida, procedeu-se com a busca pelo termo no campo de Títulos, considerando publicações entre o ano de 1991, devido ao trabalho seminal de Friedland e Alford (1991), até o mês de julho de 2021. Retornaram a pesquisa, a princípio, 248 publicações.

Em seguida, recorrendo as áreas de conhecimento apresentadas pela WOS, optou-se por refinar nos seguintes temas: Administração, Negócios, Administração Pública, Administração Financeira, Economia e Ciência Política. As áreas temáticas foram selecionadas por apresentarem pelo menos uma publicação e por se relacionarem ou possuírem pontes com os estudos organizacionais.

Foram incluídos na amostra apenas artigos e revisões, o que resultou numa amostra final de 187 obras. A *string* de busca final que resultou na amostra deste artigo foi a seguinte: *TI=(institutional_logics) Refinado por: Categorias do Web of Science: (management OR business OR public administration OR business finance OR political science OR economics) AND [excluindo] tipos de documento: (proceedings paper OR correction OR early access OR editorial material OR book review)*. O quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese do percurso adotado para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quadro 1 - Síntese do Percurso Metodológico

Etapas	Descrição
1) Identificação do Tema e Pergunta de Pesquisa	a) Tema: Lógicas Institucionais; b) Pergunta: como têm sido constituídas as relações entre pesquisadores e temas de pesquisa relacionados as lógicas institucionais?
2) Definição de bases e termos de pesquisa:	a) Base: Web of Science® b) Termo de Pesquisa: Lógicas Institucionais
3) Busca por artigos e critérios de seleção	a) Termo: Institutional Logics b) Critérios: Artigos e Revisões. Áreas: Administração, Negócios, Administração Pública, Administração Financeira, Economia e Ciência Política. Período: 1991 a 2021. Todos os idiomas.
4) Coleta e organização de dados	a) Importação de referências ao MyEndNoteWeb; b) Softwares de análise: VOSViewer e Excel; c) Organização de dados no Excel; d) Importação de dados no VOSViewer;
5) Análise da produção científica: frente de pesquisas	a) Análise do volume de publicações e evolução temporal; b) Análise de citações de artigos selecionados; c) Identificação de países que mais publicam sobre o tema; d) Análise das palavras-chave dos artigos.
6) Análise de citações e Estado da Arte	a) Análise da rede de cocitações dos artigos mais citados; b) Contribuições do Estado da arte.

Fonte: desenvolvido pelos autores, com base em Prado et al. (2016).

Após a seleção das obras, os autores recorreram ao gerenciador de referências *MyEndnoteWeb* como forma de organizar as referências e em seguida também ao Excel® visando observar os artigos mais citados e também organizar a evolução temporal de publicações. Além disto, recorreu-se ao software VOSViewer®, que de acordo com Eck e Waltman (2013) busca apresentar mapas e gráficos de rede, sendo possível observar redes de palavras-chave, países que mais publicam sobre o tema e a rede de cocitações de autores. Por fim, foram analisados artigos entre os anos de 2016 e 2021 tendo em vista apresentar uma síntese do Estado da Arte.

4. Resultados a Discussões

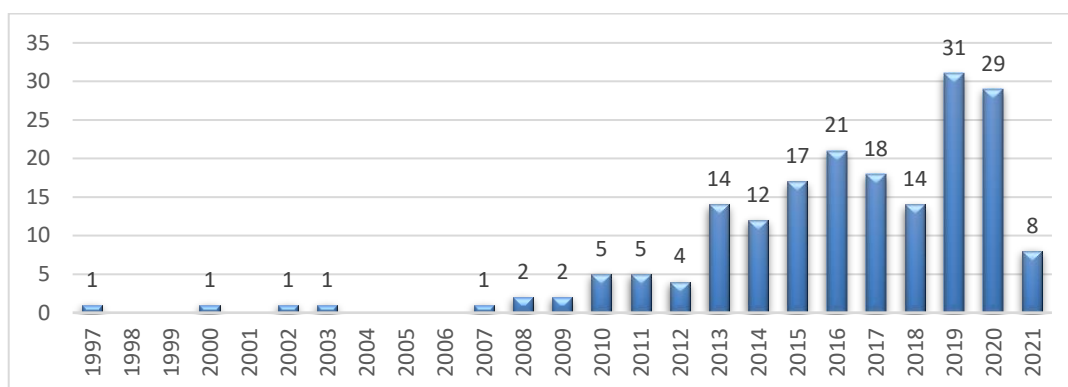
4.1 Panorama Geral da Pesquisa

Esta seção aponta a evolução da produção científica acerca do tema “lógicas institucionais”. São apresentadas aqui as seguintes informações: evolução temporal quantitativa da produção sobre o tema, os dez artigos mais citados e suas contribuições para a pesquisa e os periódicos que mais publicaram sobre o tema. Foram identificados 187 artigos publicados até o mês de julho de 2021. Como apresentado, as lógicas institucionais ganham maior destaque a partir das contribuições de Friedland e Alford (1991).

Contudo, um longo período desde 1991 se passou sem que houvesse publicações acerca do tema. A primeira obra após a publicação do seminal ocorre em 1997, intitulada “*The institutional logic of performance appraisal*” de autoria de Townley (1997), sendo que entre os anos de 1997 e 2007, apenas cinco artigos foram publicados.

Apesar do baixo número de publicações entre 1991 e 2007, destaca-se a obra de Thornton (2002) *“The rise of the corporation in a craft industry: Conflict and conformity in institutional logics”*, que se apresenta entre as 10 obras mais citadas sobre o tema até a contemporaneidade. A autora deste estudo é uma das expoentes na área, apresentando outras obras que compõem o escopo deste trabalho. O quantitativo de publicações aumentou a partir de 2008, sendo que, nos últimos cinco anos (entre 2015 e 2020), identificou-se uma tendência de crescimento de publicações, exceto entre os anos de 2017 (18 artigos) e 2018 (14 artigos). Há uma evolução entre os anos de 2019 e 2020, sendo até então, o ano de 2019 com maior número de publicações realizadas, totalizando 31 artigos. A evolução pode ser observada a seguir, na figura 2.

Figura 2. Evolução Temporal das Publicações



Fonte: Desenvolvido pelos autores, de acordo com dados da pesquisa.

Após este primeiro levantamento da evolução temporal de publicações, identificou-se os artigos mais citados acerca do tema. Por meio do Quadro 2, pode-se observar a relação dos dez textos mais citados entre os anos de 2008 e 2014 publicados em periódicos com alto fator de impacto.

Quadro 2. Artigos mais citados na *Web of Science*

Artigo	Autoria	Periódico	Citações
<i>Inside the hybrid organization: selective coupling as a response to competing institutional logics</i>	Pache e Santo (2013)	Academy of Management Journal	750
<i>Managing the Rivalry of Competing Institutional Logics</i>	Reay e Hinings (2009)	Organization Studies	742
<i>The Multiplicity of Institutional Logics and the Heterogeneity of Organizational Responses</i>	Greenwood et al. (2010)	Organization Studies	464

<i>Multiple Institutional Logics in organizations: explaining their varied nature and implications</i>	Besharov e Smith (2014)	Academy of Management Review	440
<i>The rise of the corporation in a craft industry: Conflict and conformity in institutional logics</i>	Thornton (2002)	Academy of Management Journal	376
<i>Institutional Logics and Institutional Pluralism: The Contestation of Care and Science Logics in Medical Education, 1967-2005</i>	Dunn e Jones (2010)	Administrative Science Quarterly	374
<i>Family and Lone Founder Ownership and Strategic Behaviour: Social Context, Identity and Institutional Logics</i>	Miller, Le Breton-Miller e Lester (2011)	Journal of Management Studies	281
<i>Logics in Action: Managing Institutional Complexity in a Drug Court</i>	McPherson e Sauder (2013)	Administrative Science Quarterly	265
<i>Ending corruption: The interplay among institutional logics, resources, and institutional entrepreneurs</i>	Misangyi, Weaver e Elms (2008)	Academy of Management Review	228
<i>Conflicting logics, mechanisms of diffusion, and multilevel dynamics in emerging institutional fields</i>	Purdy e Gray (2009)	Academy of Management Journal	219

Fonte: Desenvolvido pelos autores, de acordo com dados da pesquisa.

Os estudos sobre as lógicas institucionais defendem que as organizações são orientadas por múltiplas lógicas que se materializam nas práticas cotidianas. Por exemplo, a prestação de serviços de cunho social por organizações privadas é orientada por lógicas de mercado e lógicas sociais que podem, por vezes, se tornar conflitantes dentro destas organizações. O trabalho de Pache e Santo (2013) demonstra que as organizações realizam o monitoramento destas lógicas na busca por um equilíbrio gerencial, para garantir a sua sobrevivência e legitimidade social. Como principais contribuições, os autores apontam que este estudo consegue demonstrar que as organizações ao gerirem corretamente lógicas concorrentes, conseguem legitimidade em diferentes ambientes, facilitando a adaptação e a possibilidade de continuidade em campos organizacionais plurais.

A obra de Reay e Hinings (2009) também reforça a busca por compreender a complexidade institucional em ambientes organizacionais. Visando compreender aspectos de lógicas concorrentes em um contexto de reforma governamental que contraponha lógicas profissionais às lógicas comerciais de médicos, os autores identificaram quatro mecanismos capazes de auxiliar na gestão de lógicas concorrentes. São eles: (a) separação entre decisões profissionais e de gestão; (b) busca por opiniões informais de outros profissionais para tomada de decisão; (c) colaboração entre profissionais e gestores para enfrentar aspectos percebidos como negativos sobre a reforma governamental e; (d) busca por inovação conjunta em situações adversas. De um modo geral Reay e Hinings (2009) buscaram demonstrar que a partir da colaboração entre diferentes agentes, lógicas concorrentes podem ser geridas de forma favorável aos interesses organizacionais

A obra de Reay e Hinings (2009) também reforça a busca por compreender a complexidade institucional em ambientes organizacionais. Visando compreender aspectos de lógicas concorrentes em um contexto de reforma governamental que

contrapunha lógicas profissionais às lógicas comerciais de médicos, os autores identificaram quatro mecanismos capazes de auxiliar na gestão de lógicas concorrentes. São eles: (a) separação entre decisões profissionais e de gestão; (b) busca por opiniões informais de outros profissionais para tomada de decisão; (c) colaboração entre profissionais e gestores para enfrentar aspectos percebidos como negativos sobre a reforma governamental e; (d) busca por inovação conjunta em situações adversas. De um modo geral Reay e Hinings (2009) buscaram demonstrar que a partir da colaboração entre diferentes agentes, lógicas concorrentes podem ser geridas de forma favorável aos interesses organizacionais

Seguindo a perspectiva de complexidade institucional, Greenwood et al. (2010) discutem como organizações de mercado respondem a pressões ambientais de maneira padronizada. Contudo, cada uma à sua maneira. Conforme os autores, organizações orientadas pela lógica da família tendem a priorizar tomadas de decisão inerentes à cultura familiar. Assim, uma organização familiar multinacional tende a levar em conta a tradição familiar, a hierarquia hereditária e conselhos informais no momento de tomada de decisão. Outras organizações de mesmo porte cujas ações não são orientadas pela lógica familiar tendem a considerar aspectos do mercado (eficiência e eficácia) para a tomada de decisão (GREENWOOD ET AL. (2010). O artigo evidencia como o processo de tomada de decisão pode ser influenciado pelas lógicas de mercado e familiar, contribuindo para a compreensão das implicações das lógicas institucionais no processo de tomada de decisão.

A quarta obra, realizada por Besharov e Smith (2014), além de discutir a importância de se compreender lógicas concorrentes, contribui com o corpo teórico ao propor um modelo de identificação das lógicas institucionais presentes nas organizações, visando facilitar o desenvolvimento de pesquisas. Para tanto, os autores apresentam uma estrutura de identificação sobre as lógicas presentes em um campo organizacional. Após a identificação, é proposta a categorização das lógicas como Lógicas Compatíveis e Lógicas Centrais, visando explicitar como *stakeholders* internos e externos podem influenciar as duas categorias.

A quinta obra é uma das primeiras contribuições empíricas, que testou a teoria proposta por Friedland e Alford (1991). A obra de Thornton (2002) buscou identificar como uma indústria predominantemente artesanal precisou migrar para uma estrutura multidivisional, considerando que, a longo prazo, as lógicas do trabalho artesanal que presavam pela exclusividade e qualidade foram confrontadas e substituídas por lógicas de mercado que buscavam aumento de produção e eficácia. Observou-se que processos de mudança organizacional podem causar conflitos de lógicas em um mesmo ambiente. O trabalho contribuiu com o corpo teórico ao desmistificar como pressões exógenas podem definir respostas a problemas organizacionais.

A sexta obra aborda conflitos de lógicas institucionais coexistentes, considerando o viés da formação médica. Dunn e Jones (2010) observaram que duas lógicas persistiram por muito tempo no processo de formação de médicos: a lógica de cuidado e a lógica da ciência. Percebeu-se coexistências de novas lógicas, além do surgimento e ação de grupos que interferiram no processo de criação destas. Os autores destacam que entre os anos de 1910 e 2005 houve a busca pelo estabelecimento de uma lógica de atendimento humanizado, em detrimento de uma lógica puramente científica, e que isso tem impactado na formação de novos médicos, além de gerar tensões organizacionais.

Na sétima obra, Miller, Le Breton-Miller e Lester (2011), apontam como as lógicas institucionais, impactam no processo de tomada de decisão estratégica em organizações, com ênfase nas lógicas familiares. Os autores argumentam que o desempenho de organizações não familiares é superior quando comparado a organizações familiares. Enquanto as organizações não familiares são orientadas por influenciadores de mercado, na busca por bons resultados, as organizações familiares podem receber influências da família na empresa, o que afeta suas estratégias. As contribuições refletem questões sobre como executivos de organizações familiares devem atingir certo equilíbrio, considerando lógicas de mercado e lógicas familiares.

Na obra de McPherson e Sauder (2013), os autores discutiram como agentes organizacionais são capazes de abrir mão de lógicas institucionais estabelecidas para recorrer a outras lógicas, tendo em vista a solução de conflitos. Foi observado que os agentes exercem a capacidade de agência de acordo com a lógica adotada. As lógicas disponíveis, neste estudo, se assemelham a ferramentas que podem ser empregadas criativamente por indivíduos para atingir objetivos organizacionais. Considerando compromissos legal com lógicas vigentes, os autores destacam aspectos relacionados aos limites e as restrições que podem ser impostas para se recorrer a determinadas lógicas.

Em Misangyi, Weaver e Elms (2008), os autores apresentam como principal contribuição um *framework* para analisar aspectos de mudanças institucionais. Recorrendo ao fenômeno social do combate à corrupção, o modelo foi desenvolvido considerando três aspectos centrais que devem estar presentes no processo de mudança: identificação das lógicas institucionais, agentes sociais e recursos. Ao se combinar estes três aspectos os agentes são capazes de influenciar o campo em que estão inseridos, desenvolvendo ferramentas e angariando recursos para transformar o ambiente e conseqüentemente as lógicas predominantes (MISANGYI; WEAVER; ELMS, 2008).

Por fim, no trabalho de Purdy e Gray (2009), autores é reforçada a importância de se gerir lógicas institucionais em um ambiente pluralístico, pois ao recorrer a organizações que mediavam conflitos, observou-se que diferentes lógicas auxiliavam na resolução de diferentes problemas em um único formato organizacional. Lógicas conflitantes, quando geridas estrategicamente, podem apontar positivos diferenciais da organização.

Após a apresentação das principais contribuições das pesquisas, o quadro 3 demonstra os periódicos que mais publicaram sobre o tema. Dos 187 artigos, 12 periódicos concentram 72 publicações, recebendo maior destaque o “*Academy Of Management Journal*”, com 12 publicações, seguido do “*Organization Science*” com 10 publicações. Os *journals* “*Academy Of Management Review*”, “*Administrative Science Quartely*” e “*Organization Studies*” apresentam sete publicações cada, enquanto o “*Journal of Management Inquiry*” apresenta cinco publicações. Os outros seis periódicos possuem quatro publicações cada. Destaca-se a variedade de periódicos que recebem estudos, sendo os outros 115 artigos publicados em diferentes periódicos, o que pode facilitar o processo de avaliação por pares.

Quadro 3. Periódicos que mais publicaram sobre Lógicas Institucionais

Periódico	Publicações
<i>Academy of Management Journal</i>	12
<i>Organization Science</i>	10
<i>Academy of Management Review</i>	7
<i>Administrative Science Quartely</i>	7
<i>Organization Studies</i>	7
<i>Journal of Management Inquiry</i>	5
<i>Construction Management and Economics</i>	4
<i>Journal of Business Research</i>	4
<i>Journal Of Management Organization</i>	4
<i>Public Administration</i>	4
<i>Research Policy</i>	4
<i>Scandinavian Journal of Management</i>	4

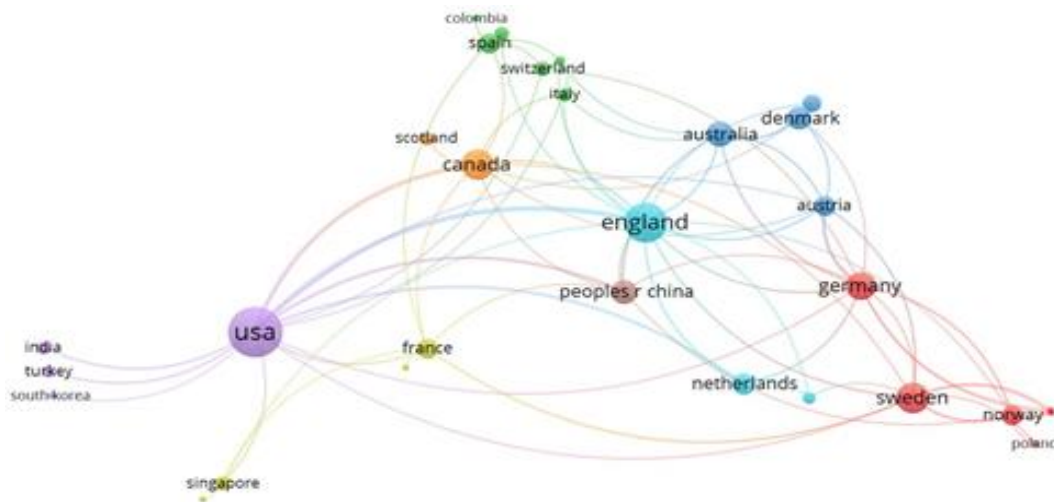
Fonte: Desenvolvido pelos autores com base em dados da pesquisa.

4.2 Análise de Redes de Citação: países que mais publicaram, redes de palavras-chave e análise de cocitações

Esta seção recorre às contribuições do software VOSviewer® para identificação, construção e análise de redes das publicações que compõem a amostra. Foram observados aqui os países que mais publicaram, as redes de palavras-chave e suas conexões, bem como a análise de cocitações dos autores.

Compõem a construção desta rede 34 países, recebendo maior destaque em números de publicações os Estados Unidos, com 53 publicações, seguido da Inglaterra com 34, Suécia com 20 publicações, Canadá com 19 e Alemanha com 17 estudos que abordam as lógicas institucionais. Estes cinco países também detêm os trabalhos com mais citações. O Brasil figura na 24^o posição com apenas duas publicações dentre os principais. Fora do eixo América do Norte – Europa, destacam-se como países que mais publicaram a Austrália com 13 artigos, e a China com 12 trabalhos.

Na Figura 3 é possível identificar quais são os países que concentram um maior número de publicações sobre o tema. Ela também apresenta diferentes clusters que se interconectam. Por exemplo, ao observar os Estados Unidos, considerando sua expressão no número de publicações, é possível perceber sua interconexão com praticamente todos os clusters. Contudo, a Inglaterra exerce maior centralidade para citações em trabalhos de outros países, sendo possível encontrar interconexões entre as publicações da Inglaterra, Austrália e China. Já a Alemanha e a Suécia, por exemplo, possuem uma forte relação e influência com as publicações da Noruega e Polônia.

Figura 3. Países que mais publicaram sobre Lógicas Institucionais

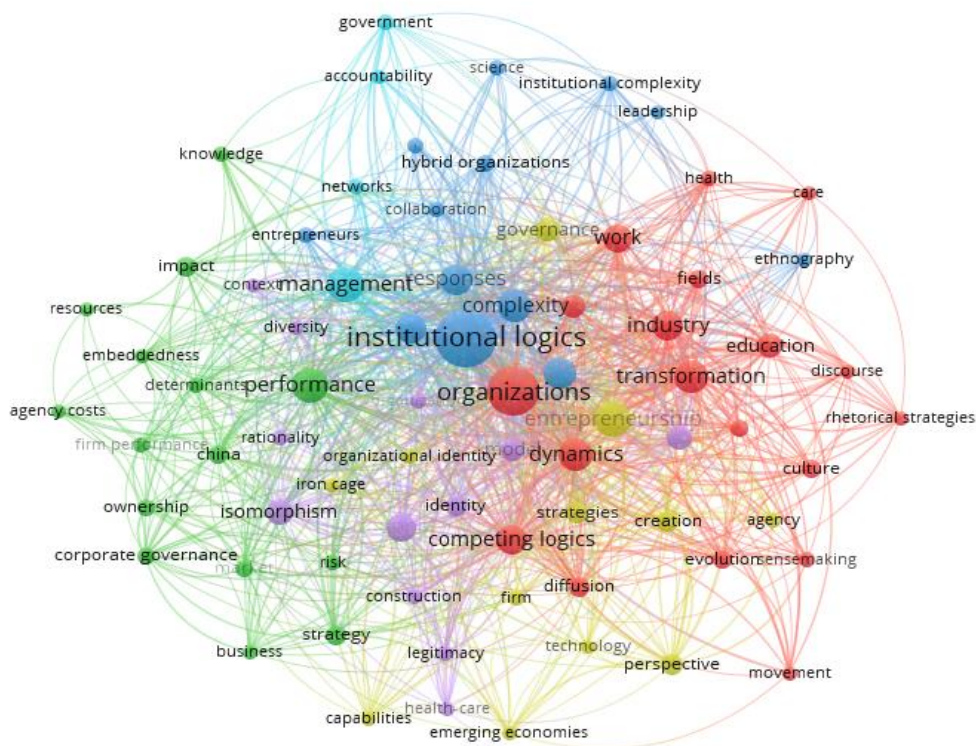
Fonte: Desenvolvido pelos autores utilizando o VOSviewer.

Outra análise permitida pelo VOSviewer® está relacionada à possibilidade de observar as palavras-chaves dos artigos. As palavras-chave com maiores incidências na amostra, retirados os termos “Lógicas Institucionais (84), organizações (62), Teoria Institucional (24)”, as que mais despontam são: empreendedorismo (33) e empreendedores (6), que se relacionam ao processo de agentes como seres dotados de reflexividade e que atuam para o desenvolvimento das lógicas nas organizações e campos organizacionais em que estão inseridos; transformação (28) e mudança institucional (8), que se referem aos processos de mudanças institucionais e os impactos nas lógicas institucionais existentes. Ressalta-se também as palavras complexidade (27), lógicas competitivas (22) e organizações híbridas (8), que abordam a coexistência de diferentes lógicas nas organizações. Estão presentes também palavras-chaves relacionadas à gestão, tais como trabalho (20) e estratégias (12), que dizem respeito aos processos organizacionais subsidiados pela gestão de lógicas institucionais

A figura 4 demonstra as interconexões entre as palavras-chaves. É possível observar seis *clusters*, revelando a interconexão através de grupos de palavras. Dentre os mesmos, três se destacam: o cluster 1, com 19 palavras-chaves interrelacionadas; o cluster 3 com 13 palavras-chave e por fim, o cluster 5 com palavras-chave.

O cluster 1 possui centralidade a partir da palavra **organizações** (*organizations*), e se interconecta com outras palavras como trabalho, educação, relações de poder, mudança institucional e lógicas competitivas. O cluster 3 possui centralidade a partir da palavra-chave **lógicas institucionais** (*institutional logics*) e se interconecta com as palavras complexidade institucional, organizações híbridas, empreendedores, colaboração e etnografia. Por fim, o cluster 5 possui centralidade em torno da palavra-chave **lógica institucional** (*institutional logic*) e se interrelaciona com palavras isomorfismo, identidade, racionalidade, diversidade, construções e legitimidade.

Figura 4. Rede de Palavras-chaves

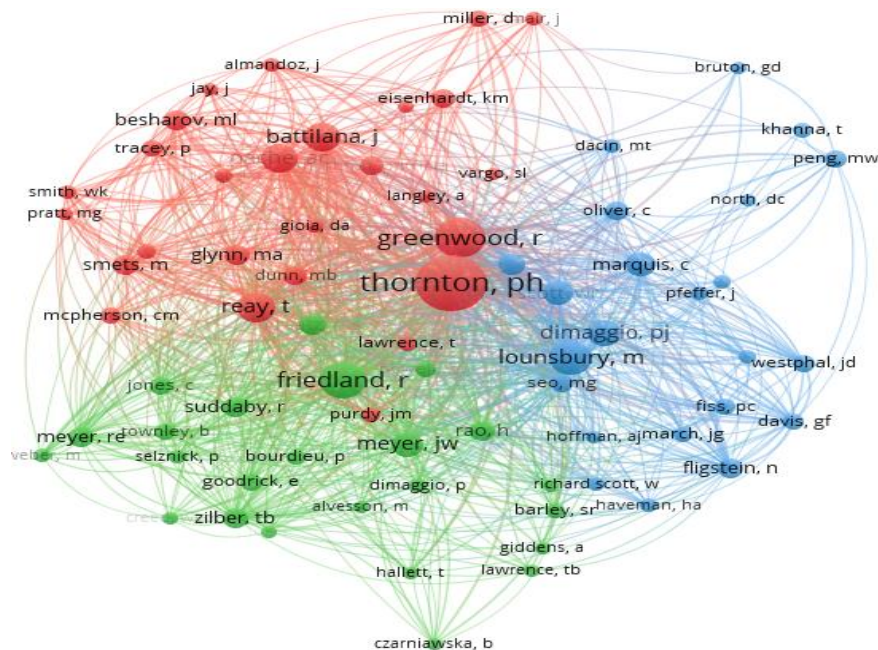


Fonte: Desenvolvido pelos autores a partir do VOSviewer.

Também foi realizada uma análise da cocitação de autores que compõem a relação de artigos. Identificou-se os autores que mais são citados nos artigos sobre a temática. Dentre os cinco mais citados, Thornton apresenta 417 citações, seguido de Greenwood com 197, Lounsbury com 140, o seminal Friedland com 164 citações, e Reay com 109 ocorrências.

A figura 5 demonstra a centralidade de três autores principais que também representam os três diferentes clusters. No primeiro Cluster, a centralidade se dá em torno das citações de Thornton, e isso se justifica devido a autora possuir estudos precursores sobre o tema de lógicas institucionais, além de revisitar o tema em 2008, trazendo maiores contribuições a esta lente teórica do institucionalismo contemporâneo. Destacam-se ainda neste cluster as contribuições dos autores Greenwood, Battilana e Pache.

Já no segundo cluster, a centralidade ocorre por conta das contribuições de Friedland, sustentada por sua teorização seminal. Destacam-se ainda as contribuições em torno dos nomes de DiMaggio, Powell e Meyer, autores reconhecidos no campo da Teoria Neoinstitucional, sobretudo por suas discussões sobre isomorfismo. Por fim, no terceiro cluster, a centralidade torna-se decorrente das contribuições de Lounsbury, destacando também autores como DiMaggio, Scott e Ocasio, sendo estes dois últimos pesquisadores contemporâneos em atividade.

Figura 5. Base intelectual – Rede de cocitação de autores

Fonte: Desenvolvido pelos autores a partir do VOSviewer.

4.3 Contribuições recentes sobre lógicas institucionais: uma síntese

Neste tópico é apresentado um quadro recente dos estudos publicados sobre lógicas institucionais no período de cinco anos. Selecionou-se 24 artigos entre os 187 artigos que fazem parte do escopo da pesquisa. Esta relação de artigos abriga os estudos publicados entre 2016 e 2021, que obtiveram, no mínimo, vinte citações. Os 24 trabalhos foram lidos e analisados qualitativamente, levando-se em consideração as tendências gerais, os aspectos pertinentes para a discussão de lógicas institucionais, as contribuições dos estudos para avanços da teoria, e o desenvolvimento de futuras pesquisas.

Metodologicamente, a primeira evidência percebida é que a maioria dos trabalhos (13) são de natureza exclusivamente qualitativa. Os principais métodos de coletas de dados foram entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, seguidas pela aplicação de análises documentais e observação participante ou não participante. Dois trabalhos contam com abordagens etnográficas. Outros 7 trabalhos são de natureza quantitativa ou predominantemente quantitativa. Estes voltam-se a empregar análises baseadas, principalmente, em métodos de estatística descritiva e correlação entre variáveis. Os trabalhos restantes caracterizam-se como ensaios teóricos. Dentre os trabalhos empíricos, um aspecto expressivo é o caráter longitudinal em suas abordagens. Isto é, 15 estudos, entre qualitativos e quantitativos, relataram ter utilizado dados de, no mínimo, 3 anos, em suas análises.

No trabalho de trabalho de Reay e Jones (2016), os autores examinam as principais formas pelas quais pesquisadores qualitativos identificam as lógicas institucionais em um campo. Apesar de não serem métodos exclusivos, os autores destacam: a dedução de padrões com contagem de ocorrências, que consiste em análises de frequências de palavras que se referem a lógica institucional ou dizem

sobre suas características, formando padrões informativos; o método de correspondência a um tipo ideal, em que as lógicas institucionais são categorizadas como “arquétipos” de blocos representativos de regras, símbolos e práticas; e o método de indução de padrão, em que os pesquisadores utilizam técnicas de abordagem indutiva, como, por exemplo, a observação direta, para reunir informações qualitativas que informam as lógicas presentes no campo, bem como retratam suas principais influências sobre os agentes.

Outro aspecto proeminente é que, apesar da teoria das lógicas institucionais ter seus estudos iniciais fortemente voltados a discutir análises setoriais e suas influências de uma lógica no ambiente ao longo do tempo e do espaço (LOUNSBURY; BOXENBAUM, 2013), o recorte amostral aponta que os estudos recentes têm se concentrado em examinar organizações transpassadas por duas ou mais lógicas com orientações divergentes. O que caracteriza o fenômeno de “complexidade institucional” (DUNN; JONES, 2010). Dos 20 trabalhos empíricos que passaram pela filtragem, 14 reportam diretamente esse fenômeno nas organizações estudadas. Em todos eles, observou-se que a lógica institucional do “mercado” (ver Friedland e Alford, 1991) é substancial para fornecer material de análise. A lógica, que é frequentemente associada a comportamentos como competição, eficiência e enxugamento de gastos, foi relacionada as lógicas da família (ZHAO; LOUNSBURY, 2016; MILLER et al., 2017), do estado (THOMANN; LIEBERHERR; INGOLD, 2016; VICKERS et al., 2017) da sociedade (RAMUS; VACCARO; BRUSONI, 2017; VICKERS et al., 2017), dentre outras menos proeminentes.

Em linhas gerais, foi possível constatar-se que os trabalhos que investigam a complexidade institucional se dividem em dois blocos antagônicos. O primeiro deles busca respostas para as problemáticas relacionadas às múltiplas interferências institucionais sobre as organizações, sobretudo, os seus impactos sobre as atividades relacionadas à tomada de decisão, liberdade estratégica, e relações de mercado (GREVE; MAN ZHANG, 2017; HUANG et al., 2017; ZHAO; LOUNSBURY, 2016). O outro bloco assume as problemáticas percebidas pela complexidade institucional, entretanto busca dar foco em práticas de gestão mediadoras e/ou construção de estratégias de desenvolvimento (CARLSSON-WALL; KRAUS; MESSNER, 2016; PERKMANN; MCKELVEY; PHILLIPS, 2019; OCASIO; RADOYNOVSKA, 2016).

A complexidade institucional apresentou-se pela amostra como um fenômeno que decorre do envolvimento de diferentes aspectos políticos, econômicos, históricos e sociais. Tais aspectos, podem desencadear na influência de diversas lógicas em momentos específicos para o campo organizacional. Por exemplo, trabalhos como os de Zhou, Gao e Zhao (2017), Greve e Man Zhang (2017) e Huang et al. (2017), tendem a refletir o atual cenário político-econômico chinês nas organizações, em que empresas que antes eram exclusivamente estatais começaram a receber investimentos do capital privado, e, portanto, apanham influências das lógicas institucionais do Estado e do mercado, concomitantemente.

Em outros casos, a complexidade institucional é percebida como um fenômeno que não parte da estrutura organizacional, mas recebe, em maior ou menor grau, influências políticas, econômicas e culturais que atuam no ambiente institucional. Exemplos desses últimos podem ser apontados como organizações esportivas (CARLSSON-WALL; KRAUS; MESSNER, 2016), universidades (PERKMANN; MCKELVEY; PHILLIPS, 2019), entidades financeiras (GÚMÚSAY; SMETS; MORRIS, 2020), entre outras.

Os artigos que tomam como objeto de análise a gestão da complexidade institucional, abordam este tema por meio de duas perspectivas de investigação. A primeira delas baseia-se, principalmente, em trabalhos como os de Besharov e Smith (2014) e Battilana e Dorado (2010) e enfatizam a integração de lógicas em uma mesma organização por meio da colaboração estratégica e de encontramento de objetivos integrados. A segunda perspectiva que se fundamenta no trabalho de Greenwood et al. (2011) propõe a identificação e separação das lógicas institucionais que afetam as organizações como um meio relevante para o enfrentamento da complexidade institucional.

Este estudo evidencia também, que a complexidade institucional tem sido abordada sob diferentes categorias de análise, a exemplo de: cenários turbulentos (RAMUS; VACCARO; BRUSONI, 2017), tendências de inovação (VICKERS et al., 2017), especificidades de organizações híbridas (PERKMANN; MCKELVEY; PHILLIPS, 2019). Trata-se, portanto, de um tema que está sendo bem explorado, todavia, ainda há lacunas existentes. Isso porque, primeiramente, a problemática ainda é recente entre os estudiosos da área (PERKMANN; MCKELVEY; PHILLIPS, 2019). Em segundo lugar, conforme evidenciado, o fenômeno da complexidade institucional perpassa por diversos movimentos sociais, econômicos e políticos, o que dificulta a formulação de pesquisas que ofereçam respostas generalistas. E, em terceiro, que, como observado nos estudos selecionados, a complexidade institucional tem sido tratada sob o viés de diversas variáveis, tais como, cenários turbulentos (RAMUS; VACCARO; BRUSONI, 2017) tendências de inovação (VICKERS et al., 2017), especificidades de organizações híbridas (PERKMANN; MCKELVEY; PHILLIPS, 2019). O que demonstra que, embora a temática esteja sendo bem explorada pela academia, há diversos fatores em que ainda podem precisar ser correlacionados e teorizados.

Para além da discussão sobre complexidade institucional, amplamente a amostra de estudos demonstrou que a teoria das lógicas institucionais precisa de maiores refinamentos. Isso porque, conforme argumentado por Mutch (2018), as instituições têm longo prazo, de modo que sua influência é mais ampla do que os movimentos organizacionais que aparecem como respostas. Nesse sentido, o autor retoma a definição conceitual de lógicas institucionais de Friedland e Alford (1991) enfatizando sua historicidade, sua ampla influência em cada sociedade, e suas condições enquanto elementos “difícilmente modificáveis”. Conforme o autor denuncia, as lógicas institucionais têm sido analisadas como recursos facilmente moldados por organizações. A crítica de Mutch (2018), segue caminhos bastante próximos as de Zilber (2021), que reforça a inferência de que as lógicas institucionais passaram a ser analisadas como insumos de manobras estratégicas pelos pesquisadores organizacionais (ZILBER, 2021). Portanto, é de suma importância, para a própria evolução da teoria, que novos estudos sejam feitos com o intuito de discernir se as lógicas institucionais passaram por reconceituações na medida em que foram sendo estudadas, ou se as atividades praticadas por organizações são, na verdade, tentativas de alterar ou produzir instituições (MUTCH, 2018).

Finalmente, ressalta-se que a maioria dos estudos sobre lógicas institucionais, da amostra, consideram a capacidade de agência dos indivíduos e atores organizacionais sem, contudo, enfatizar de forma consistente as práticas e aos discursos produzidos em torno delas. Essa tendência não se limita somente aos estudos aqui selecionados. Friedland (2018) chama a atenção de análises

institucionais que observam o indivíduo por um entendimento racional e instrumental. Para o autor, a teoria institucional, incluindo os estudos sobre lógicas institucionais, podem e devem explorar os aspectos discursivos, as emoções, os sentimentos, e as práticas enquanto elementos estruturantes e estruturados pela agência. Na visão do autor, a análise dos sentimentos pode ser relevante para o entendimento sobre a construção, sustentação e interrupção das instituições. Nesse sentido, parece ser convidativa a articulação entre a teoria das lógicas institucionais com outras teorias interpretativistas (teorias das práticas, ou *sensemaking*, por exemplo). Acredita-se que este diálogo pode contribuir para desvendar os microfundamentos das lógicas institucionais e das práticas que os materializam.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo identificar e descrever os resultados de uma pesquisa bibliométrica sobre a corrente teórica das “lógicas institucionais”. Para tanto, foi realizado um estudo bibliométrico que tomou como objeto de análise 187 artigos publicados em periódicos indexados base *Web Of Science*®. Sobre a evolução temporal, é perceptível um avanço no campo e um aumento exponencial no número de publicações, especialmente a partir de 2010, devido à chamada e revisita a teoria realizada pela obra de Thornton e Ocasio (2008). Além desta evolução temporal, percebeu-se também que os artigos permeiam diferentes periódicos, o que demonstra que esta lente teórica se articula com outras correntes de gestão.

Amplamente, tais evidenciações demonstram que ao longo dos 30 anos, o constructo teórico apresenta-se ainda pertinente para a análise de contextos organizacionais transpassados por complexidades institucionais, oferecendo respostas aos inúmeros fenômenos que ocorrem no campo, sobretudo quando analisados sobre o vis-à-vis a dinâmica cada vez mais fluídica dos processos organizacionais em um mundo globalizado.

De modo geral, observou-se que os trabalhos priorizam a investigação da complexidade institucional, tomando como referência os conceitos de lógicas concorrentes e/ou conflitantes em organizações. A maioria dos estudos exploraram porquê e como os atores organizacionais lidam e constroem respostas à complexidade organizacional. A mudança institucional, sob a ótica da teoria das lógicas institucionais, também tem sido objeto de investigação. Nestes estudos, os pesquisadores reconheceram o poder e capacidade de agência de diferentes agentes, bem como destacaram o papel decisivo dos empreendedores institucionais na condução dos processos de mudança institucional investigados.

A análise de redes de cocitação entre autores evidenciou a existência de três principais clusters de autores que se articulam. Entres estes autores destacaram-se Thornton e Greenwood, Friedland e Meyer e, por fim, Lounsbory, DiMaggio e Powell figurando entre os autores mais citados na amostra utilizada neste trabalho. A análise apontou também que a publicação científica sobre lógicas institucionais tem sido realizada por autores norte americanos e europeus, seguidos por autores chineses e australianos.

A publicação brasileira realizada em periódicos indexados na base *Web of Science*® sobre lógicas institucionais encontra-se em estágio embrionário. Esta

constatação também revela a necessidade de aprimoramento das agendas de pesquisas brasileiras sobre o tema. A produção qualificada sobre a realidade institucional brasileira pode ser ampliada e veiculada em periódicos de reconhecida reputação internacional e elevado fator de impacto.

Portanto, provoca-se aqui o desenvolvimento de estudos sobre a multifacetada realidade institucional em organizações brasileiras, como forma de responder a baixa participação do Brasil no desenvolvimento destes estudos. Para tanto, sugere-se a formulação de linhas e projetos pesquisas que tomem como objeto de análise diferentes campos institucionais que abriguem diferentes modalidades de organizações, a exemplo daqueles que contemplem organizações familiares, não governamentais, empresas estatais, agroalimentares, multinacionais, dentre outras.

Transcendendo o cenário brasileiro, e tendo em vista a amplitude analítica das lógicas institucionais, sugere-se algumas discussões e contextos em que a teoria pode ser aplicada. Nesse sentido, como preconizado por Friedland (2018), enfatiza-se a necessidade para que análises institucionais sejam acopladas a outras perspectivas teóricas e abordagens convergentes, principalmente, aquelas que abarquem aspectos discursivos, práticos e psicológicos, por exemplo.

Além disto, estudos recentes têm aparecido em campos como discussões ainda não conclusivas, que podem ser tratados sob a lente das lógicas institucionais. Tais como: a inserção de novas lógicas institucionais das organizações pela adoção, cada vez, mais crescente das atividades de governança social e corporativa (ESG) (ASHRAF; RIZWAN; L'HUILLIER, 2022); a expansão do uso de criptomoedas e as novas ordens institucionais atuantes no mercado (BREIDBACH, CHRISTOPH; TANA, 2021); e o comportamento institucional de novos mercados estabelecidos por meio de plataformas (NENONEN; STORBACKA, 2021).

Como limitações deste estudo, destaca-se a utilização de uma única base de dados. Apesar de, como justificado na seção metodológica, a WOS ter apresentado resultados mais numerosos em relação a outras bases de dados reconhecidas pela academia nacional e internacional, seria pertinente a realização de estudos que fizessem comparações com as informações deste trabalho com pesquisas bibliográficas realizadas a partir de outras bases, a fim de tornar as informações obtidas mais precisas.

Referências

ASHRAF, D.; RIZWAN, M. S.; L'HUILLIER, B. Environmental, social, and governance integration: The case of microfinance institutions. **Accounting e Finance**, v. 62, n. 1, p. 837-891, 2022.

BATTILANA, J.; DORADO, S. Building sustainable hybrid organizations: The case of commercial microfinance organizations. **Academy of management Journal**, v. 53, n. 6, p. 1419-1440, 2010.

BERGER, P. L.; Luckmann, T. **"A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento."** Petrópolis: vozes, 2007.

BESHAROV, M. L.; SMITH, W. K. Multiple institutional logics in organizations: Explaining their varied nature and implications. **Academy of management review**, v. 39, n. 3, p. 364-381, 2014.

BIRKLE, C.; et al. Web of Science as a data source for research on scientific and scholarly activity. **Quantitative Science Studies**, v. 1, n. 1, p. 363-376, 2020.

BOTELHO, L. L. R.; ALMEIDA CUNHA, C. C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BOUMA, G. Distinguishing institutions and organizations in social change. **Journal of sociology**, v. 34, n. 3, p. 232-245, 1998.

BREIDBACH, J; CHRISTOPH, F.; TANA, S. Betting on Bitcoin: How social collectives shape cryptocurrency markets. **Journal of Business Research**, v. 122, p. 311-320, 2021.

CANHILAL, S. K.; LEPORI, B.; SEEBER, M. Decision-making power and institutional logic in higher education institutions: A comparative analysis of European universities. In: **Towards a comparative institutionalism: Forms, dynamics and logics across the organizational fields of health care and higher education**. Emerald Group Publishing Limited, 2016.

CARLSSON-WALL, M.; KRAUS, K.; MESSNER, M. Performance measurement systems and the enactment of different institutional logics: insights from a football organization. **Management Accounting Research**, v. 32, p. 45-61, 2016.

CLOUTIER, C.; LANGLEY, A. The logic of institutional logics: Insights from French pragmatist sociology. **Journal of Management Inquiry**, v. 22, n. 4, p. 360-380, 2013.

DAMAYANTHI, S.; GOONERATNE, T. Institutional logics perspective in management control research: a review of extant literature and directions for future research. **Journal of Accounting e Organizational Change**, 2017.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DUNN, M. B.; JONES, C. Institutional logics and institutional pluralism: The contestation of care and science logics in medical education, 1967–2005. **Administrative science quarterly**, v. 55, n. 1, p. 114-149, 2010.

DURAND, R.; THORNTON, P. H. Categorizing institutional logics, institutionalizing categories: A review of two literatures. **Academy of Management Annals**, v. 12, n. 2, p. 631-658, 2018.

FAVERO, M.; GUIMARÃES, A. Lógicas Institucionais: Um Estudo em uma Organização Privada de Ensino Superior do Sul do Brasil. **RAIMED: Revista de Administração IMED**, 2019.

FRIEDLAND, R. Moving institutional logics forward: Emotion and meaningful material practice. **Organization Studies**, v. 39, n. 4, p. 515-542, 2018.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Bringing society back IN: Symbols, practices, and institutional contradictions. Powell, W.; DiMaggio P.J. (ogs). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. New York Press (1991). p. 232-263.

GIDDENS, A. **The constitution of society: Outline of the theory of structuration**. Univ of California Press, 1984.

GLANZEL, W. **Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators**. 2003. Course Handouts. v. 20, n. 10.

GREENWOOD, R., et al. The multiplicity of institutional logics and the heterogeneity of organizational responses. **Organization science**, v. 21, n. 2, p. 521-539, 2010.

GREENWOOD, R., et al. Institutional complexity and organizational responses. **Academy of Management annals**, v. 5, n. 1, p. 317-371, 2011.

GREVE, H. R.; MAN ZHANG, C. Institutional logics and power sources: Merger and acquisition decisions. **Academy of Management Journal**, v. 60, n. 2, p. 671-694, 2017.

GÜMÜSAY, A. A.; SMETS, M.; MORRIS, T. "God at work": Engaging central and incompatible institutional logics through elastic hybridity. **Academy of Management Journal**, v. 63, n. 1, p. 124-154, 2020.

HAVEMAN, H. A.; GUALTIERI, G. Institutional logics. In: ALDAG, R. **The Oxford research encyclopedia of business and management**. New York-NY: Oxford University Press, 2017.

HININGS, B. Connections between institutional logics and organizational culture. **Journal of Management Inquiry**, v. 21, n. 1, p. 98-101, 2012.

HUANG, Y.; et al. Does state ownership facilitate outward FDI of Chinese SOEs? Institutional development, market competition, and the logic of interdependence between governments and SOEs. **International Business Review**, v. 26, n. 1, p. 176-188, 2017.

LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. Introduction: theorizing and studying institutional work. In: LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. (Eds.). **Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009b. 1-27 p.

LOUNSBURY, M.; BECKMAN, C. M. Celebrating organization theory. **Journal of Management Studies**, v. 52, n. 2, p. 288-308, 2015.

LOUNSBURY, M.; BOXENBAUM, E. Institutional logics in action. In: **Institutional logics in action, part A**. Emerald Group Publishing Limited, 2013.

MCPHERSON, C. M.; SAUDER, M. Logics in action: Managing institutional complexity in a drug court. **Administrative science quarterly**, v. 58, n. 2, p. 165-196, 2013.

MILLER, D.; LE BRETON-MILLER, I.; LESTER, R. H. Family and lone founder ownership and strategic behaviour: Social context, identity, and institutional logics. **Journal of management studies**, v. 48, n. 1, p. 1-25, 2011.

MILLER, D., et al. Institutional logics, family firm governance and performance. **Journal of Business Venturing**, v. 32, n. 6, p. 674-693, 2017.

MISANGYI, V. F.; WEAVER, G. R.; ELMS, H. Ending corruption: The interplay among institutional logics, resources, and institutional entrepreneurs. **Academy of Management Review**, v. 33, n. 3, p. 750-770, 2008.

MUTCH, A. Practice, substance, and history: Reframing institutional logics. **Academy of Management Review**, v. 43, n. 2, p. 242-258, 2018.

NENONEN, S.; STORBACKA, K. Market-shaping: navigating multiple theoretical perspectives. **AMS Review**, p. 1-18, 2021.

NIELSEN, J. G.; LUEG, R.; LIEMPD, D. Managing multiple logics: The role of performance measurement systems in social enterprises. **Sustainability**, v. 11, n. 8, p. 2327, 2019.

OCASIO, W.; RADOYNOVSKA, N. Strategy and commitments to institutional logics: Organizational heterogeneity in business models and governance. **Strategic Organization**, v. 14, n. 4, p. 287-309, 2016.

PACHE, A.; SANTOS, F. Inside the hybrid organization: Selective coupling as a response to competing institutional logics. **Academy of management journal**, v. 56, n. 4, p. 972-1001, 2013.

PAIVA, A. L., et al. Dez Anos de Institutional Work: Uma Revisão Bibliométrica e Sociométrica/Ten Years of Institutional Work: A Bibliometric and Sociometric Review. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, v. 18, n. 1, p. 25-47, 2021.

PAIVA, A. L., BRITO, M. J. A Configuração das Lógicas Institucionais do Campo da Cachaça de Alambique em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 701-718, 2018.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos Ebape. br**, v. 4, p. 01-12, 2006.

PEREIRA, F. A. M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Revista Organizações em Contexto**, v. 8, n. 16, p. 275-295, 2012.

PERKMANN, M.; MCKELVEY, M.; PHILLIPS, N. Protecting scientists from Gordon Gekko: How organizations use hybrid spaces to engage with multiple institutional logics. **Organization Science**, v. 30, n. 2, p. 298-318, 2019.

PRADO, J. W., et al. Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: a bibliometric study involving different knowledge fields (1968–2014). **Scientometrics**, v. 106, n. 3, p. 1007-1029, 2016.

PURDY, J.M.; GRAY, B. Conflicting logics, mechanisms of diffusion, and multilevel dynamics in emerging institutional fields. **Academy of Management Journal**, v. 52, n. 2, p. 355-380, 2009.

RAMUS, T.; VACCARO, A.; BRUSONI, S. Institutional complexity in turbulent times: Formalization, collaboration, and the emergence of blended logics. **Academy of Management Journal**, v. 60, n. 4, p. 1253-1284, 2017.

REAY, T.; HININGS, C. R. Managing the rivalry of competing institutional logics. **Organization studies**, v. 30, n. 6, p. 629-652, 2009.

REAY, T.; JONES, C. Qualitatively capturing institutional logics. **Strategic Organization**, v. 14, n. 4, p. 441-454, 2016.

THOMANN, E.; LIEBERHERR, E.; INGOLD, K. Torn between state and market: Private policy implementation and conflicting institutional logics. **Policy and Society**, v. 35, n. 1, p. 57-69, 2016.

THORNTON, P. H. The rise of the corporation in a craft industry: Conflict and conformity in institutional logics. **Academy of management journal**, v. 45, n. 1, p. 81-101, 2002.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W. Institutional logics. **The Sage handbook of organizational institutionalism**, v. 840, n. 2008, p. 99-128, 2008.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. **The institutional logics perspective: A new approach to culture, structure, and process**. Oxford University Press on Demand, 2012.

TOWNLEY, B. The institutional logic of performance appraisal. **Organization studies**, v. 18, n. 2, p. 261-285, 1997.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. VOSviewer manual. **Leiden: Univeriteit Leiden**, v. 1, n. 1, p. 1-53, 2013.

VICKERS, I.; et al. Public service innovation and multiple institutional logics: The case of hybrid social enterprise providers of health and wellbeing. **Research Policy**, v. 46, n. 10, p. 1755-1768, 2017.

YU, K. Institutional pluralism, organizations, and actors: A review. **Sociology Compass**, v. 9, n. 6, p. 464-476, 2015.

ZHAO, E. Y.; LOUNSBURY, M. An institutional logics approach to social entrepreneurship: Market logic, religious diversity, and resource acquisition by microfinance organizations. **Journal of Business Venturing**, v. 31, n. 6, p. 643-662, 2016.

ZHOU, K. Z.; GAO, G. Y.; ZHAO, H. State ownership and firm innovation in China: An integrated view of institutional and efficiency logics. **Administrative Science Quarterly**, v. 62, n. 2, p. 375-404, 2017.

ZIETSMA, C.; MCKNIGHT, B. Building the iron cage: institutional creation work in the context of. **Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations**, v. 143, 2009.

ZILBER, T. B. Practice-Driven Institutionalism: A Path Toward a Fruitful Borrowing. In: **On practice and institution: Theorizing the interface**. Emerald Publishing Limited, 2021.